

Greve de Letras pode radicalizar-se

— admitiu a comissão coordenadora nacional

A LUTA dos estudantes de Letras poderá radicalizar se as reivindicações estudantis não forem atendidas na reunião de amanhã com representantes dos Conselhos Científicos e do ministério, disse ontem Luís Silva, da Faculdade de Letras de Lisboa.

Em conferência de Imprensa, Luís Silva e Leonel Nunes, da comissão coordenadora dos estudantes de Letras de Lisboa, revelaram que proporão formas mais radicais de luta, na reunião geral de alunos, caso não se verifiquem progressos significativos no diferendo com o Ministério da Educação.

Os estudantes de Letras de Lisboa, que, com os do Porto, cumpriram ontem o segundo dia de greve consecutivo, pretendem que na reunião de amanhã, no Porto, sejam clarificadas as responsabilidades de cada um dos intervenientes do processo.

É preciso que fique claramente expresso quem e por que cada um é responsável, para que acabe este pingue-pongue entre o Ministério da Educação e os órgãos de gestão das escolas», disse Luís Silva.

Os estudantes pretendem, também, que amanhã seja claramente dito pelos órgãos de gestão das escolas e pelas reitorias que será levantado o núme-

rus *clausus* previsto para os quinto e sexto anos do curso de formação de professores.

Além do reconhecimento do direito dos estudantes a discutir com os órgãos de decisão a reestruturação das Faculdades de Letras, reivindicam também que sejam criadas novas saídas profissionais em simultâneo com a entrada em vigor da futura reestruturação.

Os estudantes pretendem ainda que a Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nova de Lisboa seja abrangida pela reestruturação das Faculdades de Letras.

Coimbra suspendeu greve

Os estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que estiveram em greve na quarta-feira, decidiram não prolongar a paralisação para ontem, ao contrário daquilo que se verificou nas Faculdades de Lisboa e Porto, embora se afirmem solidários com eles.

Os alunos daquele estabelecimento entendem que o processo e luta que têm vindo a travar se encontra, em Coimbra, numa fase mais avançada que nas outras Faculdades de Letras, razão que explica, segundo disse ao DN um membro da comissão coordenadora, a suspensão da paralisação, que na

quarta-feira ultrapassou os 95 por cento da adesão, de acordo com a mesma fonte.

A predisposição para o diálogo, já encetado, aliás, dos responsáveis da Faculdade de Letras de Coimbra, designadamente dos conselhos directivo e científico, com os estudantes, faz, com efeito, com que «deixassem de existir razões para continuar a greve» e que aquela comissão considere o processo mais adiantado ali, relativamente às outras escolas.

Alguns estudantes discordaram, no entanto, da decisão tomada na reunião geral de alunos, e ocuparam ontem as instalações da Faculdade de Letras, no sentido de forçar a paralisação. Tal ocupação não surtiu, contudo, grandes efeitos, tendo a actividade escolar sido reiniciada normalmente.

A comissão coordenadora reuniu, entretanto, ontem à tarde, com representantes dos estudantes que tentaram ocupar as instalações da Faculdade de Letras, para debater as divergências e chegarem a consenso. No encontro, foi reafirmada a solidariedade com os alunos de Lisboa e Porto, a quem a comissão de Coimbra explicou as razões da suspensão da greve, que foram «naturalmente compreendidas e aceites», segundo disse ao DN o mesmo elemento

daquela comissão.

Ao fim da tarde de ontem, a Associação de Estudantes da Faculdade de Letras do Porto manifestava, em comunicado, a «sua estranheza face à insistência com que o ministro da Educação tem vindo a terriro afirmar a impossibilidade de encontrar vagas de colocação de emprego» a todos os licenciados da área de Letras, quando nunca foram essas as reivindicações dos estudantes».

Para aquela associação, que falava em nome da Comissão Nacional Coordenadora de Estudantes de Letras, as afirmações do ministro ao «Jornal da Tarde» na RTP, são «mistificadoras e ilegítimas», dado que na reunião de dia 3, no próprio MEC, todos os participantes teriam ouvido que a reivindicação de fundo feita pelos estudantes consiste «no direito de todos os docentes a toda a formação teórica possível que venha a ser fornecida pelas faculdades, concretizado na inexistência de qualquer regime de *numerus clausus* para o ano teórico que agora se prevê vir a implementar. Foi também reconhecido, desde sempre, «a impossibilidade de encontrar vagas de estágio (formação prática) para todos os interessados no curso de formação de professores que se está a negociar».

Diário

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Conflito - estudantes

